



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

10ª Edição – Brasília, 28/5/2020

## Edição Especial I O atual conflito entre poderes e seus possíveis desdobramentos



Não é exagero classificar esta semana como uma das mais intensas de todo o Governo Bolsonaro até então. Desde a exposição do vídeo da reunião ministerial do mês anterior, na última sexta, uma enorme sucessão de eventos tem ocupado a agenda política. O aumento da polarização política; a elevação do tom dos militares; e as operações da Polícia Federal para investigar o governo do Rio de Janeiro e aliados do presidente Bolsonaro são somente alguns dos importantes acontecimentos dos últimos dias. Na nossa 10ª edição do nosso boletim de análise política, faremos uma análise do panorama geral do atual conflito entre poderes e de como isso pode afetar o ambiente de negócios para o cooperativismo. Confira a seguir.

**Fatores de atenção:** Os recentes acontecimentos na política brasileira de fato ligam um sinal de alerta para os seus possíveis desdobramentos. Conforme indicado em [edição anterior](#), existem quatro fatores preponderantes para um ambiente de riscos institucionais. São eles: **1)** o fator econômico (crise econômica, recessão profunda); **2)** a instabilidade da ordem pública (estado de exceção, guerra, calamidade pública, caos social); **3)** o fator político (tensionamento entre poderes, baixa governabilidade); **4)** e o humor nacional (mobilização nas ruas, polarização política, posicionamento da imprensa, queda brusca da popularidade presidencial). [Como essas variáveis estão se comportando agora?](#) Passamos a analisá-los de forma mais profunda.



### FATOR ECONÔMICO

**Resumo:** O desemprego e a situação fiscal do país tendem a ser grandes problemas para o governo Bolsonaro em curto e médio prazo, com possíveis efeitos na queda de popularidade do presidente e na dificuldade de efetivar medidas voltadas recondução da economia. Para o cooperativismo, a pauta de medidas fiscais muito agressivas no período pós-pandemia e a natural diminuição no ímpeto do governo por políticas de subsídios e de financiamento público devem ser os fatores de maior atenção.

**Emprego e renda:** O Brasil tem tido dificuldades para fazer chegar à sociedade suas principais medidas de manutenção do emprego e de garantia de renda (o auxílio emergencial e as políticas de acesso ao crédito em condições favoráveis não têm chegado de forma efetiva à base). Há no Congresso diversos projetos para [ampliar por mais três meses o auxílio emergencial](#) (a OCB tem empenhado um grande esforço para incluir expressamente os cooperados, que atendam às especificidades, na política pública). Em relação às medidas trabalhistas, chama a atenção a recente decisão de se [prorrogar a desoneração da folha até o final de 2022](#) na MPV 936/2020 (OCB tem defendido a importância da medida para o setor de proteína animal). As medidas, apesar de diminuírem os impactos, não eliminam a perspectiva de alta taxa de desemprego no País, que deve girar entre 17,8% e 23,8% até o final do ano (Ibre/FGV).



somos  
coop>

Coop unido  
contra o Coronavírus

somoscooperativismo.coop.br/covid-19



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

10ª Edição – Brasília, 28/5/2020

**Resultados prévios do PIB:** Dentre as questões que ficaram aparentes durante a reunião ministerial transmitida na última sexta, chamou a atenção o pouco grau de maturidade do plano de governo para a retomada da economia. A desconfiança na economia tem aumentado com os resultados prévios da queda do PIB em 1,5% no último trimestre, e com estimativas de redução do PIB de 6,5% até o final do ano, de acordo com a mediana de 48 instituições financeiras e consultivas ouvidas pelo Valor Data.

**Situação fiscal de União, estados e municípios:** Aprovado pelo Congresso Nacional no início de maio, o PLP 39/2020, que tem o intuito de destinar R\$ 125 bilhões da União a estados e municípios, foi sancionado pelo governo apenas na data de ontem (27/5). A demora da sanção presidencial tem um impacto direto nas situações fiscais dos entes federados, já muito deterioradas antes mesmo da pandemia. Apesar de ter flexibilizado os gastos públicos a partir do decreto de calamidade pública e da Emenda constitucional 106 (PEC do Orçamento de Guerra), a situação fiscal da União também é bastante preocupante, com dívida pública podendo chegar a 90% do PIB, segundo dados do próprio governo. Para o cooperativismo, as medidas fiscais muito agressivas no período pós-pandemia e a diminuição no ímpeto do governo por políticas de subsídios e de financiamento público devem ser os fatores de maior atenção.

**Cenário internacional:** Provavelmente, o agronegócio será o pilar da retomada econômica do Brasil em curto, médio e longo prazo. Com uma safra recorde de 245 milhões de toneladas em 2020 (Cobab) e uma taxa cambial favorável às exportações, o Brasil tem olhado de maneira muito especial para o que parece ser o início de uma nova ordem mundial, mais protecionista, tanto do ponto de vista da abertura de fronteiras para imigrantes estrangeiros, como para o comércio exterior. De forma especial, chama a atenção as várias indicações de tensionamento nas relações entre China e EUA. As medidas comerciais restritivas entre os países, que tem sido chamada por analistas como o início de uma nova Guerra Fria, já tem gerado algumas questões políticas para o Brasil, dividido entre dois de seus principais parceiros comerciais. Soma-se a isso, a aproximação ideológica de Bolsonaro com Trump.



## INSTABILIDADE DA ORDEM PÚBLICA

**Resumo:** Um possível colapso do sistema de saúde pública e a grave situação de renda da população podem suscitar na queda de popularidade do presidente e na necessidade de aumento de medidas de Garantia da Lei e da Ordem. Num contexto de conflito político entre poderes, o posicionamento institucional das forças armadas perante o governo também merece atenção (fator de imprevisibilidade). Para as cooperativas, a oferta de serviços de interesse público (saúde, educação, distribuição de energia, telecomunicações, dentre outros) se destaca como um dos caminhos possíveis para enfrentarem a crise econômica.

**Reflexos da pandemia na saúde pública:** Com cerca de 415 mil casos confirmados e mais de 25 mil mortes notificadas até então, o Brasil é o mais novo epicentro da pandemia de coronavírus, tendo superado recentemente os Estados Unidos em número de mortes no período de 24 horas. Somam-se a isso, o baixo índice de testes de Covid-19 aplicados e a baixa adesão da população às medidas de isolamento social. Alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará e Pernambuco já atingiram a taxa máxima de ocupação de UTIs e estão próximos de uma situação de colapso da saúde pública, o que pode ocorrer em outras capitais brasileiras em algumas semanas. Neste contexto, também chama a atenção as dificuldades de renda e a diminuição do poder de compra da população brasileira, que pode agravar ainda mais a situação de calamidade pública e reforçar a necessidade de medidas de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) por parte do governo, com auxílio das forças armadas. Atualmente, 36 mil militares já estão



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

10ª Edição – Brasília, 28/5/2020

alocados em missão de combate à pandemia da Covid-19, com efetivo maior do que o da 2ª Guerra Mundial e semelhante ao enviado ao Haiti. Neste contexto, onde o governo passa por graves problemas fiscais, o fortalecimento de parcerias público-privadas com cooperativas para a universalização da saúde pública e para diversos outros serviços de interesse público (educação, distribuição de energia, telecomunicações), pode ser visto com bons olhos pelo governo, inclusive pelo seu caráter liberal.

**Posicionamento das forças armadas e de segurança nacional:** Conforme indicado em [edição anterior](#), os militares possuem papel cada vez mais central no governo Bolsonaro. No que diz respeito ao permanente conflito na relação entre o governo e os outros poderes, os ministros militares adotaram até então um tom moderado e de conciliação com o Congresso e com o STF, na busca de diálogo e de diminuição dos atritos políticos. Cabe lembrar, inclusive, que as articulações com os partidos de Centro têm sido coordenadas por dois ministros militares, os generais Braga Netto (Casa Civil) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo). O agravamento deste conflito político, no entanto, suscitou na elevação do tom dos militares, chamando a atenção para a ameaça de um ambiente de instabilidade institucional. Recentemente, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o general Augusto Heleno, formalizou nota pública criticando a postura arbitrária, segundo ele, do ministro do STF, Celso de Mello, ao pedir a apreensão do celular do presidente Bolsonaro. Segundo Heleno, atitudes como essa poderiam gerar [“consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”](#). A nota então foi reforçada pelo ministro da Defesa, o também militar Fernando Azevedo e Silva, que até então vinha tendo uma postura de moderação em relação ao conflito. A nota foi ratificada também por oficiais da reserva. Restam dúvidas se medidas como essa teriam apoio formal dos militares da ativa e se, em um momento de grande tensão política, o governo Bolsonaro teria forças para levar adiante a ideia de uma possível intervenção militar. Essa hipótese é afastada se pensarmos nos [riscos associados](#): grande embate político com a mídia e com organismos internacionais; desgaste de imagem das forças armadas e custos enormes para quem já exerce o poder. Por outro lado, é possível pensar em apoio de um grupo, em geral, conservador e associado à ideologia de Bolsonaro e que, além de ter consigo a convicção de defesa da pátria, possui bastante vínculo com o governo atual (hoje são cerca de 3 mil oficiais da reserva e militares da ativa cedidos à Administração pública federal). Junto a isso, é interessante observar algumas sinalizações importantes do atual governo de apoio às forças armadas (com a aprovação de um regime de previdência especial e de abono salarial para militares), como também para outras forças de segurança, a exemplo da MPV 971/2020, editada nesta semana, que concedeu aumento salarial para policiais e bombeiros militares de alguns estados. Essas sinalizações poderiam tornar natural o [apoio formal destas corporações ao governo](#). Por fim, cabe lembrar que o presidente Bolsonaro carrega dentre as suas principais bandeiras um [discurso antissistêmico e de ruptura com a chamada “velha política”](#), justamente um dos pontos mais importantes para a eleição do presidente. De todo modo, o posicionamento institucional das forças armadas perante o governo e uma possível escalada do conflito político ainda é uma incógnita, devendo ser acompanhado com cautela nas próximas semanas e meses.



## FATOR POLÍTICO

**Resumo:** As investigações em curso evidenciam o clima de muita tensão entre os poderes, o que poderia colocar em risco a governabilidade do presidente da República e a estabilidade institucional. No entanto, além da neutralização deste conflito político, por meio da aliança em Executivo e Centrão, indicar o cenário mais provável, uma ruptura, seja pela via da análise de uma denúncia por parte do STF, seja pela abertura do processo de impeachment, são



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

10ª Edição – Brasília, 28/5/2020

**processos bastante complexos e morosos. Para o cooperativismo, chama a atenção o início de uma nova onda de discussão de pautas de combate à pandemia, dessa vez, com impactos econômicos, creditícios e jurídicos.**

**Investigações em curso:** As operações da Polícia Federal nesta semana escancararam um forte tensionamento entre Bolsonaro e seus adversários políticos, em especial, com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e com o STF. Na visão do presidente Bolsonaro, há uma intervenção indevida do Judiciário perante o Poder Executivo e, portanto, é necessária uma reação. Enquanto Witzel foi alvo de mandado de busca e apreensão por supostos desvios de dinheiro público do governo do Rio voltados ao combate à pandemia, o presidente da República teve diversos aliados políticos, entre parlamentares e empresários, como alvo de investigações do inquérito das Fake News, a pedido do ministro Alexandre de Moraes. As operações em curso também revelam um clima de guerra nos bastidores políticos, incorrendo em risco de governabilidade ao presidente da República e de instabilidade institucional, à medida que o seu nome possa aparecer de forma direta nas investigações sobre o disparo de fake News, inclusive podendo ter efeito sobre o suposto impulsionamento de notícias durante a campanha eleitoral de 2018. Apesar das graves acusações, existe todo um rito processual de análise do inquérito pelo STF até que a Câmara dos Deputados seja provocada a apreciar, com maioria qualificada (342 votos) a autorização de abertura de uma denúncia contra o presidente para que esta seja julgada pelo STF. Outra via para o afastamento do presidente seria pela abertura de processo de impeachment na Câmara dos Deputados, caminho igualmente complexo e com muitos ritos processuais antes de um desfecho. De todo o modo, este é um dos fatores que mais preocupam Bolsonaro neste momento, o que tem feito o governo a buscar alianças com partidos do Centrão nas últimas semanas. Ao Congresso, ao ponto que a abertura de processo de impeachment ou da apreciação de uma denúncia incorre em diversos riscos políticos, parece ser bastante conveniente o atual momento, uma vez que exerce o protagonismo a agenda legislativa.

**Crise entre poderes:** A exposição do vídeo da reunião ministerial do mês anterior e as operações da Polícia Federal nesta semana parecem ter azedado ainda mais o clima entre os poderes. Na Esplanada, quem mais sentiu o efeito da divulgação do vídeo, além do presidente da República, foram os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por suas fortes declarações durante o encontro. A exposição do vídeo foi respondida com o aumento do tom dos ministros militares, na insinuação de intervenção militar, caso atitudes como a do ministro Celso de Mello, que pediu a apreensão do celular do presidente, continuem. Há no governo um sentimento de perseguição pelo Judiciário. Em ato simbólico, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, abriu uma das sessões deliberativas da semana lendo uma nota pública em favor da democracia, do esfriamento de ânimos entre os poderes e da necessidade de foco no combate à pandemia, que foi reforçada por parlamentares de praticamente todos os partidos da situação e da oposição. Em uma semana intensa, as negociações de cargos entre o governo e os partidos do Centrão parecem ter freado, ao menos por ora, até que os ânimos estejam mais esfriados. No âmbito do Poder Judiciário, os holofotes estiveram voltados aos ministros do STF, Celso de Mello e Alexandre de Moraes, que estão à frente das investigações. Outro fato importante da semana foi a posse do também ministro do STF, Luís Roberto Barroso, como presidente do TSE. Em seu discurso de posse, Barroso defendeu o adiamento das eleições municipais, paralelamente para o fim do ano, por ocasião da pandemia, sem que isso acarrete na prorrogação de mandatos de prefeitos, deputados estaduais e vereadores. A decisão tem uma simbologia importante do ponto de vista da manutenção das regras eleitorais, fator importante para as instituições democráticas.

**Agenda de decisões:** Após a primeira onda de medidas de combate à pandemia, tendo foco na saúde pública, no auxílio emergencial a cidadãos em situações de vulnerabilidade, na sustentabilidade do setor



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

10ª Edição – Brasília, 28/5/2020

produtivo, na manutenção de empregos e nas medidas de organização do orçamento público e de repasse de recursos a estados e municípios, o Congresso Nacional tem aberto espaço da agenda legislativa para medidas complementares ou de ajuste nas políticas já implantadas. Neste contexto, chama a atenção o início de uma nova de discussão de pautas com impacto econômico para o setor produtivo. Na semana anterior, por exemplo, houve a aprovação do PL 1397/2020 (prevenção à insolvência e recuperação judicial durante o período de calamidade pública). Por meio da atuação da OCB, as cooperativas foram excluídas do escopo do projeto, o que traz maior segurança jurídica, econômica e creditícia para o setor. Outras medidas com impacto econômico relevante estão nas pautas dos plenários da Câmara e do Senado (aumento da alíquota de CSL para instituições financeiras, suspensão de pagamento de precatórios e de crédito consignados e desoneração da folha), indicando, inclusive, o início de uma pequena Reforma Tributária, com alterações pontuais na legislação. A OCB tem atuado fortemente neste contexto, já tendo mapeado mais de 800 proposições de interesse para as cooperativas desde o início do período de calamidade, dentre as quais 12 já fazem parte da Agenda Institucional do Cooperativismo. O esforço tem sido coroad com conquistas no Congresso, com o objetivo de incluir cooperativas e cooperados nas principais políticas de fomento da economia e de afastar impactos negativos nos projetos em tramitação.

## HUMOR NACIONAL

**Resumo: A popularidade do presidente é o fator que mais tem blindado o governo. No entanto, os desdobramentos das investigações em curso e os impactos econômicos e de saúde pública da pandemia podem diminuir essa popularidade. Outro risco para instabilidade política é o aumento da polarização na própria sociedade.**

**Aumento da polarização política:** De acordo com estudo do Dapp/FGV, logo após a divulgação do vídeo da reunião ministerial, tornado público na última sexta, o grupo de críticos (da direita à esquerda do espectro ideológico) concentrou as interações nas redes sociais, com quase 60% de interações negativas no Twitter. No fim de semana, no entanto, a base pró-governo ganhou espaço e intensificou as ações digitais em defesa de Weintraub e em oposição ao STF. Segundo dados do Monitor do WhatsApp, do Departamento de Ciência da computação da UFMG, que acompanha 643 grupos políticos com 31.808 usuários, a reação da base bolsonarista no dia da divulgação do vídeo foi “pânico ao êxtase”. E isso se deve à manutenção, mesmo em uma reunião ministerial, do mesmo discurso antissistêmico de Bolsonaro que o levou à Presidência da República. Assim, a sensação de tensionamento político, exposta na atual crise institucional entre os poderes, tem sido reforçada, de forma capilarizada, na sociedade.

**Popularidade do presidente:** Em relação à popularidade do presidente Bolsonaro, principal capital político para blindar sua governabilidade, cabe lembrar que, em pesquisas de opinião realizadas recentemente pelo Data Poder 360 e pela XP Investimentos (antes da divulgação do vídeo), o núcleo de apoio ao governo Bolsonaro teve pequena oscilação para baixo, no entanto, se mantendo próximo aos 30%, de forma resiliente e consolidada. Em curto e médio prazo, no entanto, existe o risco de sua popularidade ser afetada pelas investigações em curso e pelos impactos econômicos e de saúde pública da pandemia. Cabe lembrar que pesquisa recente do Ebape/FGV, constatou que o medo da morte é o principal fator para a adesão das pessoas ao isolamento social. Ou seja, mesmo entre os eleitores bolsonaristas, entre aqueles que já contraíram a Covid-19 ou que têm grau de proximidade com pessoas próximas que já tiveram a doença, são favoráveis a medidas mais restritivas de isolamento social.

[Números da semana e link para edições anteriores](#)